

A FORMAÇÃO DAS ‘TERRAS DE PRETOS’ E A SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO DE (RE)CONHECIMENTO DAS ‘COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS’ NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Angela Domingos¹, Andréas Hofbauer. - Inter-áreas Antropologia. Ciências Sociais - Departamento de Sociologia e Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília.

“Terras de pretos” foi o nome dado em diversas regiões às ocupações de áreas rurais empreendidas por escravos ou ex-escravos em vários locais do país. Em São Paulo essas “fazendas” ocupadas encontram-se concentradas principalmente na região do Vale do Ribeira. Originaram-se, em sua maioria, de ocupações feitas por escravos fugidos ou libertos, fixando-se na região ainda durante o século XVIII. As demais regiões onde se localizam as comunidades no estado foram formadas em fins do século XIX, em período próximo ou posterior à abolição, em terras ocupadas, ou mesmo doadas aos ex-escravos.

As comunidades atualmente denominadas como comunidades remanescentes de quilombos possuem especificidades regionais, mas também compartilham aspectos semelhantes. Das 35 comunidades presentes no estado (número estimado), cerca de 30 estão presentes na região do Vale do Ribeira, estando as demais localizadas na região de Sorocaba, no Litoral Norte e no município de Itapeva.

Aos poucos, a partir dos anos 1970, vão sendo descobertas essas comunidades que para destacar sua especificidade étnica seriam denominadas em um primeiro momento de ‘comunidades negras rurais’. Articularam-se pressões, principalmente de militantes do movimento negro, para que essas comunidades fossem reconhecidas como descendentes de escravos, o que lhes garantiria a permanência em suas terras. Uma primeira conquista desta mobilização foi a introdução de uma disposição provisória de um artigo (art. 68) na Constituição Federal de 1988 que garante como dever do estado o reconhecimento da propriedade a emissão dos títulos de posse das terras ocupadas.

A luta dessas comunidades pela posse legal de suas terras estava apenas em seu início. Em 1997 o estado de São Paulo reconhece a disposição da constituição federal, com a lei nº 9.757, que possui artigos que incluem o governo do estado no trabalho de expedir títulos de legitimação às comunidades para as terras são de posse do governo estadual.

Há muitas dificuldades para a aplicação dos dispositivos legais que garantem direitos às comunidades como, por exemplo, os critérios pelos quais essas comunidades passam a serem identificadas. Assim numa tentativa de resolver impasses teóricos a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) divulgou, por ocasião de um Encontro Nacional da Associação em 1994, uma carta na qual apresentou uma definição do termo comunidades remanescentes de quilombos e indicou que o reconhecimento das comunidades deve se iniciar a partir de laudos produzidos por antropólogos indicados pela associação.

Cabe às associações governamentais a tarefa de fazer chegar às comunidades seus direitos. Dentre elas estão a Fundação Cultural Palmares, o Instituto de Terras de São Paulo, a Comissão Pró-Índio de São Paulo. Essas entidades tentam além de auxiliar no processo de reconhecimento das terras tentam desenvolver diferentes projetos como alfabetização, promoção oficinas manuais ou ajuda na construção de espaços de lazer e fornecimento de mantimentos básicos. Problemas como falta de verbas dificultam esses trabalhos, mas a questão principal que se coloca como obstáculo para o apoio a essas comunidades inclusive por parte do Estado são os conflitos de terras.

Em muitos casos as divergências ultrapassam o campo jurídico e chegam a casos de polícia. No interior do estado há conflitos pela posse das terras entre as comunidades e produtores de eucalipto e grileiros, no litoral norte as brigas são com as empresas imobiliárias, devido a grande valorização da área pelo turismo e na região do Vale do Ribeira há problemas quanto à construção de uma barragem na região. Além de conflitos com particulares há conflitos com o próprio Estado, por exemplo, em áreas de reserva ambiental ocupadas pelas comunidades antes mesmo das áreas terem se tornado reservas, nesses locais as leis que protegem a vegetação, muitas vezes, interferem na forma como as comunidades organizam sua subsistência.

As autoridades competentes esforçam-se em compreender as comunidades tanto no que há em comum entre elas quanto no que há de específico. Suas formas de plantio, de relação com a terra, de divisão das tarefas, de transmissão de conhecimento, de lazer, de habitação, entre outras, mas ainda assim, estas são pouco conhecidas mesmo pelos pesquisadores.

Há comunidades que já foram muito pesquisadas, outras não tiveram nem o início do processo de regularização realizado. As descontinuidades do chamado 'processo de reconhecimento' vividas atualmente fazem com que os membros das comunidades enfrentem longos procedimentos burocráticos que não faziam parte do cotidiano vivido por eles. Outro problema que se agrava com a notoriedade das comunidades e com o início das disputas jurídicas pela legitimação de posse das terras é a intensificação dos conflitos agrários dos quais as mais prejudicadas são as próprias comunidades.

Nosso trabalho busca perceber quais são as formas de transmissão de conhecimento no interior de uma comunidade remanescente de quilombo do interior do estado de São Paulo. Estamos na fase preparatória de uma pesquisa de campo que pretende contribuir para a compreensão de como uma comunidade vive atualmente, que focando a questão da transmissão do conhecimento tentará captar uma dentre as diversas formas de relações humanas.

Nosso resultado pretende ser uma contribuição não apenas para a compreensão de como vivem as comunidades remanescentes de quilombos em uma região do estado de São Paulo, mas também para as discussões acerca dos métodos antropológicos utilizados em pesquisas etnográficas.

Notas:

¹ Bolsista PET

Referências:

- ARRUTI, José Maurício Andion. "A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas". *Mana*, Outubro 1997, vol.3 no.2.
- ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 2000. 224p.
- FREITAS, Décio. *Palmares : a guerra dos escravos*. Porto Alegre : Movimento, 1973.. 182p
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala : quilombos, insurreições, guerrilhas* . Rio de Janeiro: Conquista, 1972. 267p. série TEMAS BRASILEIROS , V.11
- REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* . São Paulo : Companhia das Letras, 1996. 509 p.
- WACQUANT, Loic. *Corpo e Alma*. Rio de Janeiro: DUMARA.2002. 293p.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar editor. 2005. 392p.